

**IFRIC 6**

## Passivos Decorrentes da Participação em um Mercado Específico – Resíduos de Equipamentos Eletroeletrônicos

Em setembro de 2005, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade emitiu a *IFRIC 6 – Passivos Decorrentes de Participação em um Mercado Específico – Resíduos de Equipamentos Eletroeletrônicos*. Esta interpretação foi desenvolvida pelo Comitê de Interpretações.

## CONTEÚDO

do parágrafo

**INTERPRETAÇÃO IFRIC 6****PASSIVOS DECORRENTES DA PARTICIPAÇÃO EM UM MERCADO ESPECÍFICO –  
RESÍDUOS DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS**

## REFERÊNCIAS

CONTEXTO	1
ALCANCE	6
QUESTÃO	8
CONSENSO	9
DATA DE VIGÊNCIA	10
TRANSIÇÃO	11

<b>PARA A BASE PARA CONCLUSÕES, CONSULTE A PARTE C DESTA EDIÇÃO</b>
---

## BASE PARA CONCLUSÕES

A Interpretação *IFRIC 6 – Passivos Decorrentes da Participação em um Mercado Específico – Resíduos de Equipamentos Eletroeletrônicos (IFRIC 6)* é definida nos parágrafos 1–11. A *IFRIC 6* está acompanhada de uma Base para Conclusões. O alcance e a importância das Interpretações estão definidos no *Prefácio às Normas IFRS*.

## Interpretação IFRIC 6

### **Passivos Decorrentes da Participação em um Mercado Específico – Resíduos de Equipamentos Eletroeletrônicos**

#### Referências

---

- IAS 8 – *Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros*
- IAS 37 – *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*

#### Contexto

---

- 1 O parágrafo 17 da IAS 37 especifica que um fato gerador é um evento passado que leva a uma obrigação presente, para o qual uma entidade não tem alternativa realista à liquidação.
- 2 O parágrafo 19 da IAS 37 afirma que as provisões são reconhecidas apenas para “obrigações resultantes de eventos passados, existentes independentemente de ações futuras de uma entidade”.
- 3 A Diretiva da União Europeia sobre Resíduos de Equipamentos Eletroeletrônicos (RE&EE), que regulamenta a coleta, tratamento, recuperação e descarte ambientalmente sólido de resíduos de equipamentos, originou as questões sobre quando o passivo pela desativação de RE&EE deve ser reconhecido. A Diretiva distingue entre resíduos “novos” e “históricos” e entre resíduos provenientes de residências privadas e resíduos de fontes diferentes de residências privadas. Resíduos novos estão relacionados a produtos vendidos após 13 de agosto de 2005. Todos os equipamentos residenciais vendidos antes dessa data são considerados como originários de resíduos históricos, para as finalidades da Diretiva.
- 4 A Diretiva afirma que o custo de gerenciamento de resíduos para equipamentos residenciais históricos deve ser arcado pelos fabricantes desse tipo de equipamento, que estiverem no mercado durante um período a ser especificado na legislação aplicável de cada País-membro (o período de mensuração). A Diretiva declara que cada País-membro estabelecerá um mecanismo para que os fabricantes contribuam aos custos de forma proporcional, “ou seja, na proporção de sua respectiva participação de mercado por tipo de equipamento”.
- 5 Diversos termos usados na Interpretação, tais como “participação de mercado” e “período de mensuração”, podem ser definidos de forma bem diferente na legislação aplicável de Países-membros individuais. Por exemplo, a duração do período de mensuração pode ser de um ano ou de apenas um mês. Similarmente, a mensuração da participação de mercado e as fórmulas para calcular a obrigação podem ser diferentes nas várias legislações nacionais. Entretanto, todos esses exemplos afetam somente a mensuração do passivo, que não está dentro do alcance da Interpretação.

#### Alcance

---

- 6 Esta Interpretação fornece orientação sobre o reconhecimento, nas demonstrações financeiras de fabricantes, de passivos por gerenciamento de resíduos previstos na Diretiva da UE sobre RE&EE, em relação às vendas de equipamentos residenciais históricos.
- 7 A Interpretação não trata de resíduos novos nem de perdas históricas provenientes de fontes que não sejam residências privadas. O passivo por esse gerenciamento de resíduos está adequadamente coberto na IAS 37. Entretanto, se na legislação nacional os novos resíduos provenientes de residências privadas forem tratados de uma forma similar aos resíduos históricos provenientes de residências privadas, os princípios da Interpretação se aplicam, por referência à hierarquia nos parágrafos 10–12 da IAS 8. A hierarquia da IAS 8 também é pertinente para outros regulamentos que impõem obrigações de uma forma que é similar ao modelo de atribuição de custo especificado na Diretiva da UE.

#### Questão

---

- 8 O IFRIC foi solicitado a determinar, no contexto da desativação de RE&EE, o que constitui o fato gerador, de acordo com o parágrafo 14(a) da IAS 37, para o reconhecimento de uma provisão para custos de gerenciamento de resíduos:
  - a fabricação ou venda de equipamentos domésticos históricos?

- a participação no mercado durante o período de mensuração?
- a não ocorrência de custos na realização de atividades de gerenciamento de resíduos?

## Consenso

---

- 9 A participação no mercado durante o período de mensuração é o fato gerador, de acordo com o parágrafo 14(a) da *IAS 37*. Como consequência, um passivo por custos de gerenciamento de resíduos para equipamentos domésticos históricos não surge quando os produtos são fabricados ou vendidos. Como a obrigação por equipamentos domésticos históricos está vinculada à participação no mercado durante o período de mensuração, em vez de à produção ou venda dos itens a serem alienados, não há nenhuma obrigação, exceto e até que exista uma participação de mercado durante o período de mensuração. A época do fato gerador também pode ser independente do período específico em que as atividades para realizar o gerenciamento de resíduos são empreendidas e os custos relacionados incorridos.

## Data de vigência

---

- 10 Uma entidade aplicará esta Interpretação para períodos anuais iniciados em ou após 1º de dezembro de 2005. A aplicação antecipada é encorajada. Se uma entidade aplicar a Interpretação para um período iniciado antes de 1º de dezembro de 2005, ela divulgará esse fato.

## Transição

---

- 11 As mudanças nas políticas contábeis serão contabilizadas de acordo com a *IAS 8*.

